

## **POLÍTICAS DE TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM DO MUNICÍPIO DE BARRETOS**<sup>1</sup>

**Aline Aparecida de Souza OLIVEIRA**<sup>2</sup>

Graduanda em Tecnologia em Gestão de Turismo  
IFSP/Campus Barretos

**Adriana Gomes MORAES**<sup>3</sup>

Doutora em Ciências Sociais  
Docente de Tecnologia em Gestão de Turismo  
IFSP/Campus Barretos

### **RESUMO**

O artigo trata de uma análise da acessibilidade realizada nos meios de hospedagem do município de Barretos (SP). Objetiva identificar e analisar se os hotéis estão preparados para receber pessoas com deficiências e mobilidade reduzida em suas dependências, visando mostrar se o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência é respeitado no âmbito dos meios de hospedagem. A abordagem caracteriza-se como quali-quantitativa, compreende pesquisa bibliográfica, documental e levantamento que utiliza como instrumento de coleta de dados a entrevista questionário e formulário. Este estudo conclui que, dos meios de hospedagem pesquisados, somente dois atendem parcialmente as legislações existentes garantindo o acesso adequado nos meios de hospedagem aos portadores de deficiência.

**Palavras-chave:** Turismo acessível. Meios de hospedagem. Inclusão.

### **Introdução**

Entende-se que não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) define-a como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) define como política pública a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de

---

<sup>1</sup> Trabalho resultante de Iniciação Científica – PIVICT/2017. Orientadora Profa. Dra. Adriana Gomes Moraes.

<sup>2</sup> Endereço eletrônico: alines\_oliveira@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Endereço eletrônico: adrianagmoraes@hotmail.com

Laswell (1958), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

Pode-se dizer que as políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Neste contexto, surgem as políticas de turismo que, por meio do Ministério do Turismo, criado em 2003, delinea as políticas de turismo visando à inclusão social. Dentre suas ações, apresenta-se o Plano Nacional do Turismo 2007/2010 – Uma viagem de inclusão, com o objetivo de fazer do turismo um indutor da inclusão social tanto com a criação de novos postos de trabalho quanto pelo consumo, com a absorção de novos turistas. Quanto às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, vale ressaltar que estas encontram diferentes restrições para consumirem produtos turísticos, seja por ausência de acesso às instalações turísticas (de serviços e de lazer), seja pela inabilidade ou incapacidade no atendimento preferencial e personalizado para as diferentes tipologias que estes segmentos apresentam.

Nesta perspectiva, este estudo baseou-se na seguinte questão investigativa, o setor de hospedagem possui adaptação de equipamentos e instalações visando ao atendimento de pessoas com deficiências conforme as leis de acessibilidade determinam? Com o objetivo de identificar e analisar se os meios de hospedagem estão preparados para receber este público em questão, a pesquisa apresentou abordagem qualitativa e quantitativa – pode-se dizer que a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados, das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, medias e estatísticas, já a quantitativa caracteriza-se pelo processo de quantificação, tanto no processo de coleta de informações, como no tratamento destas por meio de técnicas.

Com base em seus objetivos esta pesquisa classifica-se como descritiva, que, para Gil, “são aquelas que têm como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre as variáveis” (GIL, 2002, p.42).

Quanto aos procedimentos técnicos para a coleta de dados foi realizada a pesquisa bibliográfica, na literatura que trata sobre políticas públicas, turismo e acessibilidade. Na pesquisa documental, foram estudados as leis e os decretos de acessibilidade delineados pelo governo federal.

Quanto aos dados fornecidos por pessoas foi realizada a técnica do levantamento: “As pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta de pessoas que se deseja conhecer” (GIL, 1999, p.70). Neste caso, como instrumento de coleta de dados, foram utilizados

formulário proposto pelo Ministério do Turismo (2007) para diagnosticar a acessibilidade dos meios de hospedagem e entrevista semiestruturada aplicada com os proprietários ou gerentes dos meios de hospedagem selecionados. Dentro do universo de hotéis localizados no município de Barretos, foi utilizada a amostragem sistemática; neste estudo, foram selecionados para a realização desta pesquisa os Meios de Hospedagem que possuem acima de trinta Unidades Habitacionais oficialmente registrados nos órgãos competentes. Entende-se que a análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto de investigação. Dessa forma, para a análise dos dados levantados por meio da pesquisa documental, utilizou-se a análise de conteúdo que, segundo Bardin (2011, p.37), é um conjunto de técnicas de análise de comunicações. Quanto aos formulários realizou-se a tabulação simples, que consistem na simples contagem das frequências de categorias de cada assunto. Na entrevista foi utilizada a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011).

### **Mapeamento dos Meios de Hospedagem**

Foram mapeados dez Meios de Hospedagem com capacidade superior a 30 Unidades habitacionais (Imagem 1). Tais empreendimentos localizam-se no município de Barretos (SP).

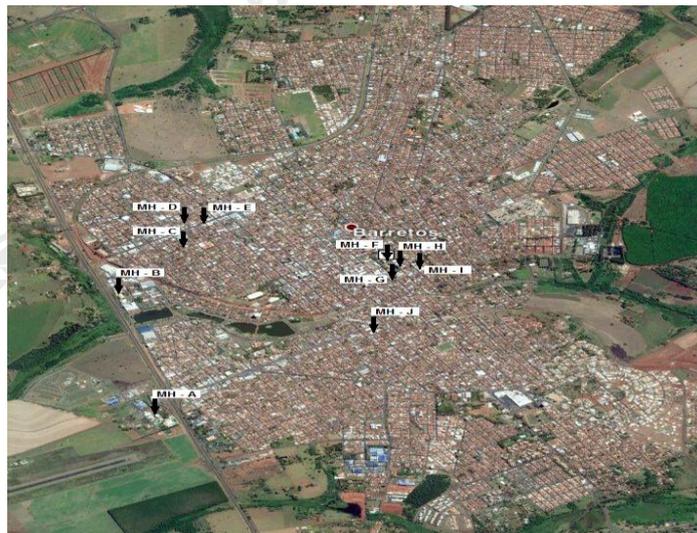


Imagem 1: Mapeamento dos hotéis pesquisados  
Fonte: Google Maps

Dos dez meios de hospedagens selecionados somente cinco aceitaram participar da pesquisa, como pode ser observado no quadro 1. Os participantes foram identificados por letras do alfabeto, por questões éticas, afim de não prejudicar a imagem dos hotéis, bem como o nome dos entrevistados. Assim, a identificação tanto dos hotéis quanto dos entrevistados ocorre da seguinte forma: gerente/proprietário(a) do MH-“X”.

DESCRIÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM						
MEIO DE HOSPEDAGEM	EMPREENDIMENTO	LOCALIZAÇÃO	INFRAESTRUTURA	NUMERO DE UH	UH CLASSIFICADAS COMO:	SERVIÇO OFERECIDO
MH - A (Inspeção Concedida)	PRIVADO	REGIÃO OESTE	HORIZONTAL / PREDIAL	72	APARTAMENTO LUXO, SUÍTE LUXO, APARTAMENTO ALA VIP, APARTAMENTO RANCHO, RANCHO CONJUGADO, APARTAMENTO CHALÉ E SUÍTE CHALÉ	PARQUE AQUÁTICO, MINI ZOOLOGICO, FAZENDINHA, SALÃO DE CONVENÇÕES E ESTACIONAMENTO
MH - B (Inspeção Concedida)	REDE INTERNACIONAL	REGIÃO OESTE	PREDIAL	76	ECOMÔNICO	ESTACIONAMENTO
MH - C (Inspeção Negada)	PRIVADO	REGIÃO NORTE	PREDIAL	36	SUÍTE STANDARD	ESTACIONAMENTO
MH - D (Inspeção Concedida)	PRIVADO	REGIÃO NORTE	PREDIAL	44	SUÍTE STANDARD E SUÍTE LUXO	ESTACIONAMENTO
MH - E (Inspeção Negada)	PRIVADO	REGIÃO NORTE	PREDIAL	41	SUÍTE STANDARD, SUÍTE LUXO E SUÍTE MASTER	ÁREA DE LAZER COM PISCINA E ESTACIONAMENTO
MH - F (Inspeção Negada)	REDE NACIONAL	REGIÃO CENTRAL	PREDIAL	70	STANDARD E LUXO EXECUTIVO	RESTAURANTE, SALA DE TV E PISCINA
MH - G (Inspeção Concedida)	PRIVADO	REGIÃO CENTRAL	PREDIAL	47	STANDARD, DELUXE E SUÍTE	ESTACIONAMENTO
MH - H (Inspeção Negada)	PRIVADO	REGIÃO CENTRAL	PREDIAL	61	SINGLE, SUÍTE DE NÚPCIAS, SUÍTE EXECUTIVA, SUÍTE PRESIDENCIAL E SUÍTE MÁSTER	CENTRO DE CONVENÇÕES, ÁREA DE LAZER COM PISCINA E SAUNA, RESTAURANTE E ESTACIONAMENTO
MH - I (Inspeção Negada)	PRIVADO	REGIÃO CENTRAL	PREDIAL	53	SUÍTE LUXO DUPLOS, SUÍTE LUXO CONJUGADO E A SUÍTE MASTER	ÁREA DE LAZER COM PISCINA, SALÃO DE JOGOS E FITNESS.
MH - J (Inspeção Concedida)	PRIVADO	REGIÃO CENTRAL	PREDIAL	44	SUÍTE STANDARD E SUÍTE LUXO	ESTACIONAMENTO

Quadro 1. Descrição dos meios de hospedagens  
 Fonte: Autoras

Conforme pode-se observar no quadro acima, dos dez hotéis levantados, oito são de administração independente, ou seja, a administração é feita pelos próprios proprietários ou gerentes. No que se refere aos outros dois, um pertence a uma rede hoteleira brasileira e o outro a uma rede internacional.

Quanto à localização (Imagem1), cinco dos meios de hospedagem mapeados estão na região central da cidade de Barretos, dois estão localizados à região oeste e três à região norte da cidade.

No que se refere à característica da construção, nove possuem infraestrutura predial, ou seja, verticalizada. Um único empreendimento apresenta construção horizontalizada, estando em fase de construção de prédios verticalizados.

Os meios de hospedagem mapeados oferecem desde os serviços básicos de hospedagem, café da manhã e estacionamento, até centro de convenções, salão de jogos, espaços fitness e parque aquático anexo ao hotel.

Dos cinco meios de hospedagem que concederam a realização da pesquisa, o MH-A refere-se a um empreendimento privado. Localizado na região oeste da cidade, sua estrutura é horizontal, porém se encontra em fase de ampliação, em que passará a ter estruturas prediais verticalizadas. Possui 72 unidades de habitacionais, classificadas como “Apartamento Luxo”, “Suíte Luxo”, “Apartamento Ala Vip”, “Apartamento Rancho”, “Rancho Conjugado”, “Apartamento Chalé” e “Suíte Chalé”. O MH-A também possui um parque aquático conjugado ao hotel, minizoológico, fazendinha, centro de convenções e estacionamento.

O MH-B pertence a uma rede internacional de hotel, e também se encontra localizado na região oeste da cidade de Barretos. Sua estrutura predial comporta 76 unidades habitacionais classificadas como “Econômicas”, dentre os serviços oferecidos estão café da manhã, lanches e estacionamento.

Já o MH-D, que fica localizado na região norte da cidade, é um empreendimento privado, cuja infraestrutura predial comporta 44 unidades habitacionais denominadas de “Suíte Standard” e “Suíte Luxo”. O hotel oferece serviços de café da manhã e estacionamento.

O MH-G está localizado na região central da cidade. Trata-se de um empreendimento privado com 47 unidades habitacionais em sua estrutura predial. Os apartamentos são denominados como “Standard”, “Deluxe”, e “Suítes”. Incluem-se, nos serviços oferecidos, café da manhã e estacionamento.

Por fim, o MH-J, que também se trata de um empreendimento privado na região central da cidade, possui 44 unidades habitacionais denominadas de “Suíte Standard” e “Suíte Luxo”, em estrutura predial, e disponibiliza serviços de café da manhã e estacionamento.

## **Resultados e discussões**

Segundo o roteiro de inspeção de acessibilidade, os seguintes resultados foram percebidos (Quadro 2). Nota-se que, dos cinco meios de hospedagem analisados,

somente dois atendem parcialmente as legislações existentes garantindo o acesso adequado aos portadores de deficiência.

Quanto à acessibilidade nos:	MH-A	MH-B	MH-D	MH-G	MH-J
Acesso Externo	Existente	Existente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Acessos Internos	Existente	Existente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Ambientes Internos	Existente	Existente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Dormitório	Existente	Existente	Parcial	Parcial	Inexistente
Sanitários	Existente	Existente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Sinalização em Equipamentos	Existente	Existente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Braile	Inexistente	Existente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Estacionamento	Existente	Existente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Comunicação	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Parcial	Inexistente

Quadro 2: Resumo da acessibilidade dos MHs  
Fonte: Pesquisa realizada pelas autoras

De acordo com o que foi analisado durante a inspeção no MH-A, o hotel permite o acesso de pessoas com cadeira de roda, idosos e obesos proporcionando autonomia e segurança a esses clientes. Como pode ser visto nas imagens abaixo, o MH-A disponibiliza rampas para o acesso interno, balcão de atendimento, mobiliário e sanitários adaptados, bem como unidade habitacional com medidas adequadas para se efetuar manobras com a cadeira de rodas e vaga no estacionamento exclusiva para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Por outro lado, não possui recursos necessários para atender os deficientes auditivos – por não disporem de TPS (Telefone para Surdos) –, nem os deficientes visuais – por não existirem placas táteis com identificação em Braille do número do quarto, cardápios e lista de canais de TV, informações sobre os serviços de quarto e também mapas táteis com as informações pertinentes ao estabelecimento, como horários de alimentação e rota de fuga e o alarme de emergência.

A análise do questionário ao empreendedor revelou que o gestor está ciente sobre as leis que asseguram os direitos das pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.

Quanto à quantidade de unidade habitacional (UH) adaptada, não corresponde ao previsto na legislação que recomenda que, pelo menos, 5% do total de UHs tenham banheiros adaptados e que outros 10% do total de dormitórios sejam adaptáveis para acessibilidade.



Imagem 2: Calçada MH-A  
Fonte: Autoras



Imagem 3: Balcão de atendimento MH-A  
Fonte: Autoras



Imagem 4: Área de circulação na UH MH  
Fonte: Autoras



Imagem 5: Mobiliário MH-A  
Fonte: Autoras



Imagem 6: Sanitário MH-A  
Fonte: Autoras



Imagem 7: Estacionamento MH-A  
Fonte: Autoras

Dentro do que foi avaliado durante o roteiro de inspeção no MH-B, o hotel oferece condições de acesso e uso em toda edificação para deficientes ou pessoas com mobilidade reduzida, por disporem de rampas adequadas, elevadores com numeral em braille e quantidade suficiente de UHs adaptadas como mostram as imagens abaixo. Porém, em se tratando de segurança, algumas questões devem ser levadas em

consideração. Uma é o fato de não dispor de equipamentos como TPS e dispositivo de emergência nos sanitários das unidades, e a outra é em relação à saída de emergência que contém somente escadas (imagem 9), não possibilitado a fuga de cadeirantes em caso de emergência.

A entrevista com o empreendedor revelou que, por se tratar de uma rede de hotéis internacional, os colaboradores seguem as orientações que são repassadas pela própria rede.

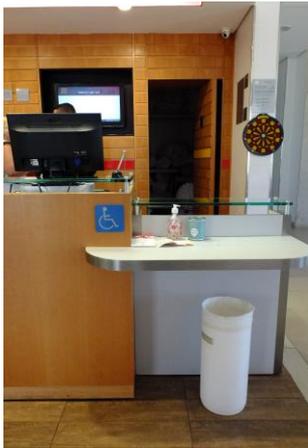


Imagem 8: Balcão de atendimento MH-B  
Fonte: Autoras



Imagem 9: Rota de fuga MH-B  
Fonte: Autoras



Imagem 10: Mobiliário MH-B  
Fonte: Autoras



Imagem 11: Sanitário MH-B  
Fonte: Autoras



Imagem 12: Numeral em Braille MH-B  
Fonte: Autoras



Imagem 13: Estacionamento MH-B  
Fonte: Autoras

Por meio do roteiro de inspeção da acessibilidade no MH-D, pode-se averiguar que esse meio de hospedagem não permite o acesso de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, conforme determina a lei 13.146 /2015, artigo 3º, que prevê que pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida tenham condições de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos

das edificações. O acesso interno à edificação, o balcão de atendimento e sanitário (Imagens 14, 15 e 18), não estão adaptados e o estacionamento não destina vaga exclusiva para deficientes (imagem 19). O apartamento classifica-se como parcialmente acessível uma vez que nem todos os mobiliários estão adequados (imagens 16 e 17).

Na entrevista, a proprietária do MH-D revelou que possui conhecimento, mesmo que de uma forma superficial, sobre a existência de leis e normas de acessibilidade que implicam em adaptações de banheiros e uso rampas. Ela reconhece que nenhuma das 44 unidades habitacionais do MH-D possui equipamentos e instalações adaptadas, fato esse constatado durante a aplicação do roteiro de inspeção. No entanto, destacou que possui interesse em adotar a acessibilidade na edificação.



Imagem 14: Acesso interno MH-D  
Fonte: Autoras



Imagem 15: Balcão de atendimento MH-D  
Fonte: Autoras



Imagem 16: Interior do dormitório MH-D  
Fonte: Autoras



Imagem 17: Disposição dos Acessórios MH-D  
Fonte: Autoras



Imagem 18: Sanitário MH-D  
Fonte: Autoras



Imagem 19: Estacionamento MH-D  
Fonte: Autoras

Por meio do roteiro de inspeção, pode-se constatar que o MH-G não atende às normas delineadas pelas leis vigentes, visto que suas dependências não permitem o acesso de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida com autonomia e segurança nas instalações do hotel podendo ser visto nas imagens a seguir. Apesar de realizarem atendimento em Libras para deficientes auditivos, o hotel não disponibiliza equipamentos como TPS.

A entrevista demonstrou que o gerente conhece sobre a existência de leis que asseguram o direito dos deficientes, mostrando estar consciente de que o hotel não atende, mas manifestou interesse em tornar a edificação acessível.



Imagem 20: Acesso Interno MH-G  
Fonte: Autoras



Imagem 21: Balcão de atendimento MH-G  
Fonte: Autoras



Imagem 22: Acesso às UHs MH-G  
Fonte: Autoras



Imagem 23: Dormitório MH-G  
Fonte: Autoras



Imagem 24: Sanitário MH-G  
Fonte: Autoras



Imagem 25: Estacionamento MH-G  
Fonte: Autoras

O roteiro de inspeção mostrou que o MH-J não atende às legislações vigentes, impedindo que pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida usufruam do

espaço com autonomia e segurança. A ausência de rampas impede o acesso de cadeirantes na edificação, assim como a falta de unidades habitacionais adaptadas, uso de equipamentos como TPS, comunicação em Libras, SIA (Símbolo Internacional de Acessibilidade) e placas em Braille, o que dificulta a permanência de pessoas com outras deficiências também.

O proprietário, apesar de ter interesse em adotar acessibilidade na edificação, demonstra pouco conhecimento sobre o assunto, o que torna o processo de adaptação do meio de hospedagem mais complexo.



Imagem 26: Acesso Interno MH-J  
Fonte: Autoras



Imagem 27: Balcão de atendimento MH-J  
Fonte: Autoras



Imagem 28: Acesso as UH MH-J  
Fonte: Autoras



Imagem 29: Dormitório MH-J  
Fonte: Autoras



Imagem 30: Sanitário MH-J  
Fonte: Autoras



Imagem 31: Estacionamento MH-J  
Fonte: Autoras

A partir da análise da coleta de dados apresentada acima, pode-se inferir que:

- Existe baixo nível de acessibilidade em empreendimentos e na prestação de serviços turísticos. Um aspecto que chama a atenção é o baixo número de quartos acessíveis em meios de hospedagem.
- Os locais apresentam baixa qualificação dos recursos humanos no atendimento às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e baixo nível de acessibilidade em empreendimentos e na prestação de serviços turísticos.

Entende-se que tal inaptidão refere-se tanto a problemas estruturais quanto a questões relacionadas à prestação de serviços e à acessibilidade na comunicação com as pessoas com deficiência. Observa-se, diante disso, que o setor de turismo ainda precisa avançar muito na qualificação de seus prestadores de serviços, principalmente em temas sensíveis como a acessibilidade.

Verificou-se, assim, que é imprescindível realizar esforços de qualificação e sensibilização dos prestadores de serviços turísticos, incentivando-os a adaptarem os seus empreendimentos e a prepararem seu quadro de pessoal para bem atender às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. São necessários a criação e o fortalecimento e difusão de normas, regras e condições de acessibilidade a serem observados por todos os prestadores de serviços turísticos, com destaque para os meios de hospedagens e transportadoras turísticas. Dessa forma, os destinos e produtos turísticos brasileiros podem se tornar cada vez mais competitivos no mercado.

Em resposta à questão investigativa que norteou esse estudo, “O setor de hospedagem possui adaptação de equipamentos e instalações visando o atendimento de pessoas com deficiências?”, podemos constatar que, dos pesquisados, dois empreendimentos possuem parcialmente adaptação de equipamentos e instalações que visam ao atendimento de pessoas com deficiências; os demais foram considerados inadequados para atender pessoas com deficiências.

### **Considerações finais**

Em suma, percebe-se na pesquisa realizada que, embora a conscientização da importância da acessibilidade tenha crescido de forma significativa no Brasil e no mundo, refletindo este resultado na legislação e nas políticas públicas voltadas para o tema, há ainda ausência, no caso dos empreendimentos hoteleiros, maior investimento para torná-los acessíveis.

Entende-se que o programa do Ministério do Turismo, “Turismo acessível”, que se constitui em um conjunto de ações para promover a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na atividade turística com segurança e autonomia, é bastante

promissor, mas ainda é preciso avançar, para atender às pessoas portadoras de algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida, a fim de dar autonomia a elas.

Embora existam avanços em estudos e pesquisas no âmbito do setor, constatam-se, ainda, ausências de produção nessa área, que certamente ocorrem devido às inúmeras dificuldades na produção e organização de dados de forma contínua. Ainda são desconhecidos, por exemplo, dados sobre o perfil do turista com deficiência, fator que dificulta a realização das pesquisas nessa temática.

Em consequência disso, ficam difíceis aos gestores públicos e privados a formatação de produtos e a especialização de serviços direcionados para esse público. Por isso, é importante conhecer as necessidades de consumo das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

É urgente realizar pesquisas para conhecer hábitos de consumo, os locais mais visitados, as fontes de informação e hábitos de mídia mais utilizados pela pessoa com deficiência a fim de que a comunicação se torne mais efetiva e contribua para a definição de estratégias de posicionamento de destinos no mercado turístico. É relevante conhecer o público que se deseja conquistar, bem como suas necessidades e características.

Verifica-se que na atividade turística, não existem informações sobre a acessibilidade de atrativos, empreendimentos e serviços turísticos. Atualmente encontram-se informações inconsistentes e duvidosas, dificultando a escolha e a decisão do deficiente quando busca informações para planejar sua viagem. Essa falta de informações dificulta também a formulação e a implementação de políticas públicas para o setor.

Com a finalidade de mudar esse cenário, é necessário produzir informações sobre a acessibilidade dos empreendimentos e atrações turísticas no Brasil. Dessa forma, o direito à acessibilidade tutelado pela Constituição Federal poderá ser exercido por todos os cidadãos com deficiência.

A única alternativa para tornar os espaços acessíveis a todos é o acesso às informações sobre as legislações, normas e formas de tratamento relacionadas às pessoas com deficiência. A acessibilidade no turismo será garantida quando existir envolvimento de todos na divulgação e disseminação das normatizações existentes e na participação ativa de todos os envolvidos diretamente com o turismo. Por isso, a urgente necessidade de articulação entre comunidade, trade turístico e gestores federais, estaduais e municipais.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050:2004* - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

BARDIN, Lawrence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano nacional de turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. Turismo acessível: Introdução a uma viagem de inclusão. V.1. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

BRASIL. Secretaria dos Direitos Humanos. Avanços das Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência: Uma análise a partir das Conferências Nacionais. Brasília, 2012.

BRASIL. Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)> Acesso em: 03 de jan. 2017.

DYE, Thomas D. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs: PrenticeHall, 1984.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LASWELL, H.D. *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland: Meridian Books, 1958.

LYNN, L. E. *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica: Goodyear, 1980.

MEAD, L. M. *Public Policy: Vision, Potential, Limits, Policy Currents*, Fev: 1-4. 1995.

PETERS, B. G. *American Public Policy*. Chatham: Chatham House, 1986.

### ***Tourism policies and social inclusion: a study of Barretos' means of hosting***

*The article deals with an accessibility analysis carried out in the lodging facilities of the municipality of Barretos. It aims to identify and analyze whether hotels are prepared to receive persons with disabilities and reduced mobility in their premises, aiming to show if the National Plan of the rights of the person with disabilities is respected within the means of lodging. Approach is characterized as qualitative, comprises bibliographical research, documentary and survey that uses as instrument of data collection the interview questionnaire and form. This study concludes that of the means of lodging surveyed, only two partially comply with existing legislation guaranteeing adequate access in the means of lodging to the disabled.*

*Keywords: accessible tourism, Means of hosting, Inclusion.*

**Envio: novembro/2017**

**Aceito para publicação: dezembro/2017**